

## MATO GROSSO: DE DESCRIÇÃO A NOME - UM PERCURSO ENUNCIATIVO

Taisir Mahmudo KARIM<sup>65</sup>

### RESUMO

A análise que propomos neste trabalho se insere no campo de estudos enunciativos que tratam da significação na/da linguagem. O estudo apresenta uma reflexão semântico-enunciativa da expressão/nome *Mato Grosso*. Especificamente, a partir da formação nominal, analisamos a construção da estrutura morfossintática e o funcionamento semântico-enunciativo da expressão/nome, os quais procuram caracterizar os modos constitutivos das relações designativas da expressão/nome no funcionamento de linguagem. Como materialidade linguística constitutiva do *corpus* deste estudo tomamos alguns fragmentos enunciativos que trazem a expressão/nome *Mato Grosso*, publicados em diferentes épocas, considerando assim, a unidade de sentido que se dá a partir da temporalidade do acontecimento e da integração textual enquanto unidade. Neste sentido, procuramos mostrar em nossas análises o procedimento semântico que desloca o sentido descritivo da expressão e, com o qual, faz emergir outro sentido à expressão, com o deslocamento, a expressão descritiva passa a significar um nome, o nome da região (Capitania das Minas do Mato Grosso) ainda no período do Brasil Colônia, primeira metade do século XVIII. Como fundamento teórico, assumimos o viés do construto metodológico analítico da Semântica do Acontecimento, Eduardo Guimarães (2002), e estudos desenvolvidos por Bernard Bosredon (1999).

**PALAVRAS-CHAVE:** semântica; designação; nome; agenciamento; Mato Grosso.

### Introdução: breve percurso de uma semântica

Do ponto de vista de Guimarães (2002), uma semântica não pode deixar de tomar como elemento fundamental de suas considerações e análises a relação das palavras com algo que está fora delas, as coisas as quais elas se referem. No entanto, a relação com o que está fora da linguagem é uma construção de linguagem. Para o autor só é possível pensar a relação entre uma palavra e o que ocorre, em virtude da relação

---

65 Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Faculdade de Educação e Linguagem/Departamento de Letras. Rua das Violetas 769 - Bairro Vista Alegre - Cáceres - MT- CEP: 78200-000, Brasil. E-mail: [taisir@unemat.br](mailto:taisir@unemat.br)

desta com outra. Assim, a relação de uma expressão ou nome com as coisas no mundo, a qual ela refere, não é simplesmente um processo que objetiva etiquetar para classificar as coisas no mundo, como aparentemente se apresenta de forma única e acabada. Ao contrário dessa aparente perfeição, a relação de sentido entre palavras se constrói enunciativamente. Assim, a Semântica do Acontecimento se caracteriza pelo acontecimento histórico de enunciação, portanto, uma semântica que se fundamenta pelo acontecimento e que considera que o estudo da significação deve ser tratado enunciativamente no funcionamento da língua.

A análise que propomos se insere no campo de estudos dos sentidos na/da linguagem, os quais procuram caracterizar os modos constitutivos das relações designativas das expressões/nomes no funcionamento de linguagem em diferentes textos e, desse modo, procuraremos mostrar os procedimentos linguísticos que permitem o movimento semântico que leva uma expressão descritiva a significar enquanto nome. Ou seja, um estudo capaz de descrever o movimento semântico, constituído no funcionamento enunciativo, que permite o deslocamento de sentidos da expressão descritiva. A análise tratará de modo pontual uma expressão descritiva que, de alguma forma, no funcionamento de linguagem, passa a significar um nome, se constitui em nome de um Estado. Ou ainda, o nome se constitui, constituindo entre outras coisas, a identidade de um povo que identifica a natureza jurídica, o modo de ser e de conviver dos sujeitos que ali nasce. Em outras palavras, diríamos, o nome passa a significar as histórias deste povo. Especificamente, vamos analisar a expressão/nome *Mato Grosso* que designa um Estado da federação brasileira.

Para tanto, nos importa inicialmente observar a posição de Rancière (1994),<sup>66</sup> quando caracteriza, de modo particular em *Os nomes da História*, a questão dos nomes. O autor considera que as palavras da história são nomes e que estes não classificam, eles identificam. Esta posição é muito importante para nossa reflexão, por entendermos que, nessa perspectiva, um nome ao significar acaba por construir uma identidade a partir das relações sócio-históricas nas quais o nome, expressão/nome, se constitui enquanto nome no acontecimento.

Para tratar do movimento semântico que desloca o sentido descritivo da expressão/nome *Mato Grosso*, tomamos como entrada, para este estudo, o Período Político do Brasil Colônia no século XVIII. Esse período apresenta, como agenda do

---

66 Rancière (1994) em *O Excesso das Palavras*, no - *Os Nomes da História - Um Ensaio de Poética do Saber*.

colonizador, a política de interiorização das bandeiras, adentrando, descobrindo e explorando o interior central da América do Sul na busca das minas e nativos, acontecimentos que permitem aos colonizadores portugueses construir novos caminhos que irão interligar a Colônia de norte ao sul, leste ao oeste. O período é marcado pelo processo de urbanização do interior da Colônia, acontecimentos que fortalecerá a nova economia pungente na Colônia com a descoberta do novo, o ouro, principalmente pelo excesso do metal encontrado em diversas regiões desse sertão.

Esse período nos permite mostrar como a descoberta do novo redefine as práticas sociais na Colônia, em especial, políticas e econômicas. Esses acontecimentos implicam na mudança das práticas sociais dos sujeitos-colonizadores. Isso nos leva a observar movimentos que deslocam sentidos e ressignificam as capitanias de até então; deslocamentos que fazem emergir novos sentidos para a Colônia como, por exemplo, os que: significam a relação do sujeito à riqueza fácil, instituem o espaço fundador das vilas, a ocupação urbanizada do sertão central da Colônia, e com os quais se redesenham o imaginário de uma nova fronteira luso-espanhola na Colônia, diferente daquelas acordadas através de tratados entre portugueses e espanhóis.<sup>67</sup> São sentidos que constroem outra narrativa geopolítica territorial da região, conquistada estrategicamente pelos sujeitos-bandeirantes, são sentidos que produzem efeitos que fazem a expressão descritiva *mato grosso* semantizar a região litigiosa enquanto parte do território da Colônia lusitana.

Para tratar da questão que levantamos, vamos analisar, de um lado, o funcionamento morfossintático da expressão *mato grosso*; de outro, o funcionamento semântico enunciativo e sua temporalidade do acontecimento, considerando o modo como se dá o agenciamento das figuras de enunciação presentes no jogo da cena enunciativa<sup>68</sup> do acontecimento em análise, ou como essas figuras enunciativas – Locutor/Alocutário, locutor-x/alocutário e o enunciador, são representadas na cena (a Carta Régia de 09 de maio de 1748, abaixo). Também é preciso diferenciar e especificar o que vem a ser designação e referência, para nós a designação é aquilo que o nome significa no acontecimento, conforme Guimarães (2002, 2007), é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real, melhor dizendo, enquanto uma relação linguística tomada na história. A designação é produzida no acontecimento pelo

---

67 Ver, Mendes Araújo, O Discurso de Constituição da Fronteira de Mato Grosso. In: *Fronteira - memória e linguagem*. Pontes/Unemat Editora, 2001.

68 Sobre cena enunciativa ver Guimarães (2002) em A Cena Enunciativa.

processo enunciativo e, portanto, ela é instável, embora funcione sob o efeito da estabilidade.

Já em relação à referência, ela é compreendida, segundo Guimarães (2002: 9) como a “particularização de algo, em certas condições”, enquanto que a designação é o modo pelo qual o real é significado na linguagem. Segundo o autor (idem: 42),

A capacidade referencial não é assim o fundamento do funcionamento do nome próprio. A referência resulta do sentido do nome constituído por seu funcionamento no acontecimento enunciativo. Quando um nome próprio funciona, ele recorta um memorável que enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa. Não é um sujeito que nomeia, ou refere, nem uma expressão, mas o acontecimento, exatamente porque ele constitui seu próprio passado.

Assim, nesta análise, consideramos que a unidade de análise é o acontecimento enunciativo em que a expressão/nome ocorre. Por outro lado, o enunciado se caracteriza por integrar um texto. E isso tem um significado particularmente forte, na medida em que o texto é uma unidade de significação integrada por enunciados não necessariamente seguindo uma ordem segmental.

### **Dos registros Mato Grosso: o procedimento que desloca a descrição**

Começamos a nossa análise com um relato sintético do acontecimento em que se dá da expressão/nome *Mato Grosso*. Essa expressão/nome aparece enquanto sentido de uma região do sertão do Brasil Colônia em meados da década de trinta do século XVIII. O uso primeiro dessa expressão se dá como uma descrição do local, e, ao ser enunciada, mobiliza sentidos que a fazem funcionar como a expressão capaz de significar ao apreender e descrever o local no qual os desbravadores, sujeitos-bandeirantes, tiveram seu primeiro contato. Essa narrativa poderia ser assim contada: desbravadores, ao avançarem suas bandeiras rumo ao sertão central à procura de novas minas, se depararam com uma mata fechada, e, quanto mais avançavam, mais densa a mata se encontrava. A partir desse primeiro contato, os sujeitos-bandeirantes referem o lugar de “mato grosso” – a expressão linguística usada para descrever e caracterizar a vegetação encontrada no local. Essa expressão/nome descritiva se dá pelo processo metonímico, que diz do tipo de vegetação que ali predominava. Expressão/nome que carrega como essência semântica, regulada pelos dicionários, o sentido institucionalizado capaz de descrever o lugar encontrado.

Começamos por dizer que essa aparente relação nome/coisa, na qual a linguagem se mostra como capaz de representar, descrever algo no mundo, não é suficiente para explicar o funcionamento semântico-linguístico de um acontecimento de nomeação, muito menos é capaz de responder o porquê e como uma palavra ou expressão se torna nome e significa como tal. Uma análise enunciativa mais detalhada poderá desfazer essa aparente relação e nos permite considerar outro caminho para dizer dessa questão. Dar nome às coisas no mundo não se reduz a uma simples ação do indivíduo numa dada situação, como aparentemente possa se mostrar, conforme o nosso relato acima. Não se reduz a essa mera relação situacional e comparativa. Isto porque os sentidos de um nome são construídos e se constituem historicamente na enunciação. O acontecimento de nomeação produz o efeito que passa a significar o referido, a dar existência histórica àquilo que foi nomeado. Essa tomada de posição nos leva a considerar a nomeação como um acontecimento do dizer no qual se dá na relação do sujeito com a língua, tomados na história.

Apresentamos abaixo três fragmentos enunciativos retirados de textos escritos por cronistas e historiadores em momentos distintos da história do Brasil. Esses fragmentos nos apresentam pistas que indicam o modo pelo qual os enunciados trazem a expressão/nome que primeiro descreve o local e depois passa a ser o nome a região:

1. [...] toparam com matos virgens de arvoredo muito elevado e corpulento, que entrando a penetrá-lo, o foram appellidando Mato-Grosso: e este é o nome, que ainda hoje conserva todo aquelle distrito. (FONSECA, 1780, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo XXIX, 1866:354) (Grifo nosso – Brasil Colônia)
2. Em 1734 transpuzeram a serra e na região dos Parecis affloraram novas minas. Grandes florestas encontradas ali são a origem do nome de Mato-Grosso. (ABREU,1907:142). (Grifo nosso – Brasil Nova República)
3. [...] deram com uma mata virgem, espessa, formada de grossas e altas árvores. Andaram por essa mata quase impenetrável [...] Em face do mato espesso que atravessaram, impressionados com a altura e o porte das árvores, o emaranhado da vegetação secundária que dificultava a penetração, a exuberância da floresta, denominaram a região de Mato Grosso. (SILVA, 2000: 34). (Grifo nosso – Brasil Nova República)

Estes fragmentos funcionam como narrativas que relatam o acontecimento que leva à nomeação do local, inicialmente a expressão *mato grosso* tem a ver com a descrição do que ali se encontrava, mais especificamente com a descrição do tipo de vegetação encontrada no lugar. Assim, poderíamos dizer que a característica da mata sugere a motivação do uso da expressão para descrever o local como tal. Analisando morfossintaticamente a expressão *nome*, podemos dizer que a expressão *mato grosso*,

— formada pelo processo de composição a partir da palavra – *mato* (substantivo) – vegetação que tem como características, plantas não cultivadas, floresta, bosque – associada à palavra - *grosso* (adjetivo) – espesso, denso, grande, maior – constitui a palavra composta *mato grosso*. Esta descreve de forma abreviada aquilo que fora encontrado na região – a vegetação com a mata densa. Assim, temos a expressão construída pela formação de união binária, dois sintagmas ligados por justaposição, cujo funcionamento produz o efeito de unidade sintagmática: o mato grosso.<sup>69</sup>

Desse modo, pode-se dizer que a expressão *mato grosso*, como se observou nos fragmentos enunciativos 1, 2 e 3, inicialmente diz da descrição do local encontrado, não é o nome do lugar, é apenas o modo de dizer e referir aquilo que se encontra na região. No primeiro “virgens de arvoredo muito *elevado e corpulento*, recorte 1, os adjetivos negritados predicam *mato grosso*; no recorte 2: *Grandes florestas*, o adjetivo *grandes* determina *mato grosso*, e no recorte 3: “mata *virgem, espessa*, formada de *grossas e altas* árvores...” quase *impenetrável... espesso*”, os termos grifados predicam *mato grosso*, a característica da mata existente na região. Observa-se que a expressão descritiva se dá pela relação da representação semântica entre os sintagmas nominais constitutivos da expressão com aquilo que eles passam a referir, a vegetação predominante do lugar, essa construção ocorre por um processo metonímico, que diz do tipo de vegetação que ali predominava. Expressão que a partir de sua junção semântica passa a produzir o sentido que permite representar a vegetação do lugar. Essa aparente representação se deve ao fato de se atribuir os sentidos às palavras *mato* e *grosso* quando do uso do instrumento regulador de conceitos dos léxicos da língua, o dicionário.

Assim, é então preciso dizer como a expressão *mato grosso*, que inicialmente procura descrever o lugar encontrado, que apresentava como característica do local a vegetação de mata densa, se constituiu como nome da região.

Como vimos nos recortes acima, a expressão *mato grosso*, inicialmente, no seu funcionamento enunciativo semantiza a função descritiva que determina o lugar, isto é, a expressão procura descrever a característica da vegetação encontrada na região pelos bandeirantes; essa expressão, portanto, não significa enquanto nome do local, ela se apresenta como se fosse a tradução linguística daquilo que fora encontrado (a vegetação de mata densa). Nos fragmentos enunciativos 1, 2 e 3, os discursos relatados indicam

---

69 Ver Bosredon em: Uma balada em toponímia: da Rua Descartes à Rua de Rennes. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n 03. Pontes. Campinas, 1999

um movimento semântico da expressão descritiva que dá passagem à expressão para nome da região. Essa passagem é construída pelas relações enunciativas que integram o texto<sup>70</sup> constituído com a expressão *mato grosso* que inicialmente descreve o local, e que no seu funcionamento o movimento semântico desloca o sentido que caracteriza a descrição do local. Esse próprio movimento faz emergir outro relevo semântico, a expressão descritiva também passa a significar um nome, o nome da região *de Mato Grosso*. Como se pode observar, há uma diferença de sentidos que se instala nos enunciados *ali havia um mato grosso* e *a região é o Mato Grosso*. No primeiro, o efeito de sentido semantiza a expressão como descrição da vegetação existente no local, já no segundo enunciado, produz o efeito que semantiza a expressão como o nome da região. Essa polissemia constitutiva do funcionamento da expressão/nome *mato grosso*, só é possível a partir do acontecimento que desloca os sentidos que constitui a expressão descritiva enquanto nome da região a partir de suas relações designativas que se estabelecem nos textos em que aparece. O nome *Mato Grosso* só pode ser nome porque no funcionamento enunciativo constrói relações designativas que o faz distanciar da expressão que descreve o local.

Pode-se observar nas narrativas dos fragmentos enunciativos, enunciados que trazem a expressão *mato grosso* como o nome da região. No primeiro temos “...o foram **apellidando Mato-Grosso: e este é o nome, que ainda hoje conserva todo aquele distrito.**”, já no segundo a indicação de nomeação aparece assim “...**Grandes florestas encontradas ali são a origem do nome de Mato-Grosso.**” e, no terceiro temos “...**denominaram a região de Mato Grosso.**”. Trazemos agora como se dá a temporalidade do acontecimento nestes fragmentos. A configuração da temporalidade instalada nos enunciados que diz da expressão enquanto nome da região traz como memorável a narrativa fundante do encontro dos bandeirantes com o local, o nome faz parte do passado que narra o primeiro contato dos sujeitos-bandeirantes com o local. Ou seja, o nome se dá pelo processo de reescrituração por repetição da expressão usada para descrever o local durante seu primeiro contato, esse procedimento de reescrituração da expressão descritiva acaba por instalar o movimento polissêmico próprio da reescritura. Assim, no funcionamento designativo, *mato grosso* que inicialmente significava a descrição do local, passa a designar o apelido da região, esse deslocamento

---

70 Guimarães (2011: 19), em Análise de texto Procedimento, Análise, Ensino.

semântico mobiliza a passagem que deriva a expressão enquanto nome da região, o *Mato Grosso*.

Mas, ainda é preciso mostrar e considerar o acontecimento que legitimou e institucionalizou *Mato Grosso* enquanto nome, ou seja, é preciso observar e dizer do acontecimento enunciativo que produz o movimento que desloca o sentido descritivo da expressão *mato grosso* e faz com que signifique no seu funcionamento, o nome oficial da região, A região do *Mato Grosso*. Poderíamos responder a esta questão trazendo Bosredon (1999) para explicitar o dilema levantado, para quem

os odônimos são, com efeito, fixados por um ato (para nós acontecimento de nomeação) de batismo comunitário ou institucional, frequentemente reiterado, segundo as vicissitudes da história (Idem, 1999:11).

Ou seja, o funcionamento desse modo de fixar a nomeação por reiteração (e aqui trago novamente o procedimento de reescrituração por repetição – o modo de redizer o dito), considerando o movimento polissêmico próprio da reescritura para relacionar o local e a expressão que lhe foi atribuída, a partir do acontecimento primeiro que descreve a região, constrói o efeito de sentido e produz o caráter de univocidade de um nome próprio e de sua significação de referir o local.

No entanto, ainda nos falta observar outro modo do funcionamento linguístico para a questão, o da caracterização do agenciamento enunciativo<sup>71</sup> na cena enunciativa do acontecimento. Isto é, para dizermos desse deslocamento é preciso dizer em que cena enunciativa essa passagem se dá e como as figuras enunciativas são agenciadas. Para dizer sobre isso, tomamos para a análise o documento oficial da criação da Capitania das Minas do Cuyabá e do *Mato Grosso*, isto é, a Carta Régia, de 9 de maio de 1748, que ordena a criação de mais dois novos governos na Colônia e na qual o rei de Portugal faz referência à nomeação dessas capitanias. A carta diz o seguinte:

D. João, por graça de Deus, Rey de Portugal, e dos Algarves, d'aquém e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, etc. **Faço saber a vós**, Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, **que por resolutos se criem de novo dois governos, um nas Minas de Goiás, outro nas de Cuiabá**, e considerar ser desnecessário que haja mais em S. Paulo Governador com patente de General, **razão por que mando** que D. Luiz de Mascarenhas se recolha para o Reino na primeira frota. **Hei por bem por resolução do presente mês e ano**, em consulta do meu Conselho Ultramarino, cometer-vos a administração interina dos ditos dois novos Governos, enquanto não sou servido nomear governadores para eles, **a qual administração vos ordeno exerciteis** debaixo da mesma homenagem me destes pelo Governo que ocupais, e por ser conveniente que as duas Comarcas de S. Paulo e Paranaguá, que medeiam e são mais vizinhos a esta

---

71 Ver Guimarães em: Dois modos de dizer Eu. In: Orlandi. *Discurso e políticas públicas urbanas: A fabricação do consenso*. Editora RG, Campinas, SP. 2010.

Capitania do Rio de Janeiro dependam desta; sou servido que o Governador da praça de Santos administre todo o militar das ditas duas Comarcas, **ficando subalterno** dessa Capitania do Rio de Janeiro, como estava antes que se criasse o Governo de São Paulo, e como estão os Governadores da ilha de S. Catarina, do Rio Grande, de São Pedro e da Colônia, e os confins do mesmo Governo subalterno de Santos, serão para parte do Norte por onde partem os Governadores dessa mesma Capitania do Rio de Janeiro, e S. Paulo, e para a parte do Sul, por onde parte o mesmo Governo de S. Paulo, como o da Ilha de S. Catarina, e no interior do sertão, pelo Rio Grande, e pelo Rio Sapucaí, ou por onde vos parecer; e se vos avisa a que os confins do Governo de Goiás hão de ser da parte do Leste, por onde hoje partem os governos de S. Paulo, e de Minas Gerais, e da parte do Norte, por onde hoje parte o mesmo Governo de S. Paulo com os de Pernambuco e Maranhão e **os confins do Governo de Mato-Grosso e Cuiabá**, hão de ser para a parte de S. Paulo pelo dito Rio Grande e pelo que respeita a sua confrontação com os Governos de Goiás e do Estado de Maranhão, visto a pouca notícia que ainda há daqueles sertões, **tenho determinado se ordene a cada um dos novos Governadores**, e também ao do Maranhão, informem por onde poderá determinar-se mais cômoda e naturalmente a divisão. El-Rey Nosso Senhor o mandou pelo Dr. Rafael Pires Pardiniho e Tomé Joaquim da Costa Corte-Real, Conselheiros do meu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias: Pedro José Corrêa, a fez em Lisboa, a 9 de maio de 1748. O Secretário Manoel Caetano Lopes de Lavre, a fez escrever Rafael Pires Pardiniho Tomé Joaquim da Costa Corte-Real. (Carta Régia de 9 de maio de 1748, In Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Capitães-Generais de Mato Grosso – Carta Régia de 09-05-1748 cria Capitania de Mato Grosso, 1973: 11/12/13). (Grifo nosso)

Este acontecimento de criação e nomeação da Capitania traz em sua cena enunciativa o lugar social da Monarquia, o Locutor responsável pelo dizer é identificado como o lugar social do locutor-secretário da realeza, que reproduz o dizer do Rei, assim o Rei ao ser relatado se torna o Locutor que ao enunciar enuncia do lugar social constituído pelo locutor-rei, ou seja, fala do lugar daquele que pode criar e nomear a Capitania, que diz da perspectiva de um enunciador-universal, assimilando o lugar jurídico-administrativo do Estado português. Desse modo, temos uma cena que se configura sob os seguintes aspectos: o locutor-rei fala para seu alocutário-governador e capitão general-do-Rio de Janeiro, o qual representa os subalternos da Coroa lusitana na Colônia, os alocutários-subalternos inclusive o governador e capitão general. Esse acontecimento enunciativo, como se observa, é atravessado por enunciados que trazem marcas que indicam a força da imposição do dizer do Rei, essas marcas imperativas aparecem espalhadas por todo o texto como enunciados determinativos que define a força ilocucionária impositiva do lugar da Coroa Portuguesa, conforme destaques na Carta Régia. O lugar da força performativa do acontecimento que institucionaliza a expressão como nome da região se dá assim, do lugar social do Rei de Portugal, que é regulada pelo funcionamento político do regime monárquico, constitutivo das relações sociais e de poder, como se pode observar: *Faço saber a vós; que por resolutos se criem*

*de novo dois governos; razão por que mando; a qual administração vos ordeno exerciteis; tenho determinado; e os confins do Governo de Mato-Grosso e Cuiabá, hão de ser para a parte....* O modo específico de enunciar que essa cena traz no seu funcionamento de linguagem garante o fundamento que sustenta a performatividade deste acontecimento.

Assim, esse acontecimento de dizer, tomado pela temporalidade própria que o constitui, traz em sua relação, no presente, acontecimentos passados que no seu funcionamento projeta sua latência de futuro; o funcionamento da temporalidade, próprio do acontecimento, o qual possibilita novos dizeres, enunciados outros passam a ser possíveis, como se pode observar nos fragmentos enunciativos 1, 2 e 3.

O Locutor que enuncia precisa estar predicado pelo lugar social do locutor-x para dizer o que diz, assim, procuramos mostrar em nossa análise que dizer *Mato Grosso* enquanto nome institucionalizado de uma região, o L precisa ocupar um lugar social de locutor-x autorizado a dizer o que diz. Voltemos à análise da cena enunciativa na qual esse acontecimento se deu. O agenciamento de enunciação dessa cena apresenta o Locutor que enuncia diz do lugar social do locutor-secretário tomado pelo lugar social do locutor-rei – o qual fala do lugar de dizer do enunciador-universal (a perspectiva do jurídico-administrativo da monarquia, o lugar que determina o que fazer e que se deve cumprir) que fala a seus alocutários-subalternos (lugar daqueles que fazem cumprir o que fora determinado). Essa especificidade do modo de agenciamento enunciativo na cena da Carta Régia acaba por construir a passagem semântica que desloca o sentido da expressão descritiva, assim a expressão *mato grosso* passa a significar o nome da região a capitania de Mato Grosso.

Temos assim, como representação da cena enunciativa da Carta Régia, a seguinte configuração:

L que diz do lugar social do locutor-secretário que representa o dizer do locutor-rei, este introduz a perspectiva do enunciador-universal que assimila o lugar jurídico-administrativo do Estado e determina a criação e nomeação da Capitania para seus alocutários-subalternos da Colônia portuguesa. Isto é, L = locutor-secretário = locutor-rei = Enu-universal que ordena X para os alocutários-subalternos na Colônia.

## Considerações finais

As análises do funcionamento enunciativo da expressão/nome *mato grosso* a partir dos fragmentos que tomamos como materialidade linguística nos mostram o movimento semântico dessa expressão/nome, ou seja, esse funcionamento nos traz o deslocamento de sentido da expressão que descreve algo (o lugar), esse deslocamento produz o efeito que faz com que a expressão descritiva passe a significar o nome do lugar o *Mato Grosso*. Pode-se observar na análise morfossintática o processo constitutivo da expressão. A expressão é construída pelo processo binário de justaposição *mato + grosso*, esse processo produz o efeito de unidade sintagmática que acaba por construir sentidos que passam a significar o lugar a partir do acontecimento no qual a expressão procura descrever a região encontrada, assim, *mato grosso* não é um nome e sim uma descrição do local. Já no funcionamento enunciativo dos acontecimentos que trazem a expressão/nome, a designação nominativa da expressão vai sendo construída pelas relações enunciativas, próprias da linguagem, assim, no funcionamento enunciativo da linguagem, gradativamente vai se silenciando o sentido de caráter descritivo da expressão isto é, o sentido que procurava descrever o lugar vai se distanciando para abrir espaço para o sentido que semantiza *Mato Grosso* enquanto o nome do lugar.

Por outro lado, o movimento semântico que desloca a expressão descritiva e que a faz significar enquanto nome se dá a partir do modo específico de agenciamento das figuras enunciativas na cena do acontecimento da Carta Régia que passa a nomear o lugar. As análises apontam as marcas imperativas que aparecem espalhadas por todo o texto como enunciados determinativos, que define a força ilocucionária impositiva do lugar da Coroa Portuguesa, estas indicam o Locutor que diz do lugar social do Rei, o qual garante a performatividade que dá legitimidade ao acontecimento que nomeia a região de *Mato Grosso*. Nesse sentido, esse conjunto específico de procedimentos de linguagem constitutivo do funcionamento enunciativo faz com que a expressão descritiva passe também a semantizar o nome da região do Mato Grosso, é interessante observarmos, ainda, que o acontecimento que nomeia a região da passagem ao político constituído pelo dizer que consolida a região litigiosa parte do território da Colônia lusitana, outro aspecto que se deve considerar nesse acontecimento de nomeação além de significar a história do lugar é de que o nome passa também a determinar a identidade sociocultural dos que ali nascem, os mato-grossenses.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Abreu, João Capistrano de. 1907. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Morosco & C. Rio de Janeiro.

Bosredon, Bernard. 1999. Uma balada em toponímia: da Rua Descartes à Rua de Rennes. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n 03. Pontes. Campinas.

Carta Patente de 25 de setembro de 1748. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Tomo CXLVI – ano LXX, 1998.

Carta Régia de 09 de maio de 1748. In: *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Gráfica Olímpica Editora Ltda. Rio de Janeiro, 1973.

Fonseca, José Gonçalves da. 1866. Notícia da Situação de Mato Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Tomo XXIX. Livreiro Editor. Rio de Janeiro.

Guimarães, Eduardo. 2002. *Semântica do Acontecimento*. Pontes. Campinas.

\_\_\_\_\_. 2007. Domínio Semântico de Determinação. In: Guimarães, Eduardo; Mollica, Maria Cecília (Orgs.). *A Palavra Forma e Sentido*. Pontes Editora/RG Editores, Campinas, SP.

Mendes Araújo, Olga Maria Castrillon. 2001. O discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso. In: *Fronteira, Memória e Linguagem*. Ed. Pontes/Unemat. Campinas.

RANCIÈRE, Jaques. 1994. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. Pontes. Campinas.